

A DIFERENCIAÇÃO DO AGENTE EM DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX¹

Patrick Pereira Campos Brito (UESB)

patrick.sid2005@gmail.com

Cristiane Namiuti (UESB)

cristianenamiuti@uesb.edu.br

Jorge Viana Santos (UESB)

viana.jorge.viana@uesb.edu.br

RESUMO

Neste artigo, apresenta-se uma exploração preliminar da expressão da agentividade na voz verbal em documentos do século XIX, a saber, cartas e testamentos pertencentes ao corpus DOViC e Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos, pertencentes ao corpus Tycho Brahe (parte Brasil), que objetiva verificar a correlação entre a voz verbal, o referente do argumento agente e o sujeito que escreve em documentos. A partir da análise comparativa de orações nos documentos do corpus DOViC e do corpus Tycho Brahe, questiona-se se há diferença na expressão da agentividade considerando a natureza da liberdade do sujeito que escreve nesses documentos.

Palavras-chave:

Agentividade. Referente. Sujeitos Libertos e Sujeitos Livres.

ABSTRACT

In this paper, we present the initial stage of the research about the expression of agentivity in the verbal voice in documents of the 19th century, namely, letters and testaments belonging to the DOViC corpus and Minutes of the Protective Society of the Disadvantaged, belonging to the Tycho Brahe corpus (part of Brazil), which aims to verify the correlation between the verbal voice, the referent of the agent argument and the subject who writes in documents. From the comparative analysis of sentences in the documents of the DOViC corpus and of the Tycho Brahe corpus, it is questioned whether there is a difference in the expression of agentivity considering the nature of the freedom of the subject who writes in these documents.

Keywords:

Agentivity. Referent. Free and Free Subjects.

1. Introdução

Este trabalho, em fase inicial, está vinculado ao projeto de mes-

¹Agradecemos à CAPES, à FAPESB e ao CNPq pelo financiamento.

trado: *Voz verbal e agentividade em documentos oitocentistas do Brasil escravagista*, o qual está ligado, também, ao projeto temático: *Sintaxe diacrônica em corpus eletrônico: do português pré-clássico às variantes modernas*, e objetiva verificar a correlação entre a voz verbal, o referente do argumento agente e o sujeito que escreve em documentos do século XIX, a saber, cartas e testamentos pertencentes ao *corpus* DOViC e Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos, pertencentes ao *corpus* Tycho Brahe (parte Brasil).

Partindo do objetivo, questionamos: “Há diferença na expressão da agentividade de argumentos agentes cujo referente é um escravo, um liberto ou um homem livre?”. Em resposta a essa pergunta postulamos a hipótese de que a voz verbal é relevante para a marcação da agentividade de referente escravo e/ou liberto, sendo a agentividade desse referente comumente expressa na voz passiva nos documentos escritos por homens livres, podendo ser expressa na voz ativa nos documentos escritos por libertos. Esta relação entre a voz verbal e a expressão da agentividade não se aplica quando o referente é um sujeito livre (senhor, escrivão ou outro), revelando assim uma diferença na expressão da agentividade de argumentos agentes, cujo referente é um escravo, um liberto ou um homem livre. Tal diferença pode estar relacionada com a valoração do traço [+humano] destes referentes associada à natureza de sua liberdade e motivada por fatores históricos e sociais da época.

A nossa pergunta se baseia nos estudos de Santos (2008) sobre liberdade. Santos (2008) demonstra que “no período escravista, o Direito Positivo, através da legislação considerada, criou um liberto de direito, mas não um livre de fato” (SANTOS, 2008, p. 84), havendo dois conceitos de liberdade funcionando na lei e nos costumes da época, a liberdade do senhor e a liberdade do escravo. O valor do conceito universal de liberdade era relativizado no Brasil do século XIX para a elite econômica, que era branca, os senhores: “tal liberdade prescinde de complementação; gramaticalmente/semanticamente a palavra e seus derivados são intransitivas: a pessoa (senhor branco) tem (nasce com) essa liberdade intransitiva, sem complemento” (SANTOS, 2008, p. 84), Liberdade SC, portanto, livre sem complemento (livre SC), segundo o autor. Um segundo conceito de liberdade funcionava na época, de acordo com Santos (2008): a liberdade resultante do processo de “livrar-se de algo”, no caso livrar-se da escravidão, “ganhar a liberdade”, é uma liberdade transitiva, denominada pelo autor de liberdade com complemento (Liberdade CC) por “o liberto – o escravo que sofreu o processo de ‘ganhar a liberdade’,

ser uma pessoa *livre de e não livre*” (SANTOS, 2008, p. 84). Este tipo de liberdade é materializado/documentado no funcionamento da língua, nas cartas de liberdade e nos textos das leis. O escravo-liberto, para gozar de sua liberdade comumente precisava cumprir condições expressas ou na carta de liberdade ou na lei. Assim, de acordo com o autor, os documentos oitocentistas do Brasil escravocrata, a exemplo das cartas de alforria registram a noção de liberdade, que para os senhores é uma liberdade plena, a Liberdade SC, e para os escravos é “uma semiliberdade, ou semi-escravidão”, a Liberdade CC (SANTOS, 2008, p. 148).

Ao relacionarmos as construções sintáticas que expressam a estrutura argumental de predicados agentivos e a natureza da liberdade dos referentes e dos sujeitos que escrevem os documentos, mobilizamos o aparato formal da descrição sintática juntamente com incursões em teorias semânticas/discursivas para descrever e explicar a relação entre o formal e o informacional no curso das mudanças de sentido e forma no tempo. Dessa maneira, tocamos também na historiografia e no contexto em que os documentos foram escritos. Esses materiais, documentos escritos no Brasil no século XIX, expressam a cultura que circulava entre os falantes da época, e, a língua, através das estruturas morfossintáticas disponíveis, também expressa o funcionamento desta cultura por meio da materialização linguística dos sentidos que funcionaram naquele tempo.

A fim de entender a estrutura e a organização da língua no passado, as investigações em Linguística Histórica, apoiadas no aparato formal, a exemplo do quadro gerativista, buscam estudar, descrever e analisar as mudanças da língua no decorrer do tempo. Com o desenvolvimento deste ramo da linguística, que é bastante produtivo, passou-se a utilizar novas tecnologias, que auxiliam no tratamento de textos antigos, relativas à transcrição, à edição, à anotação e à disponibilização desses textos em meio digital, o que intensificou e ampliou as pesquisas linguísticas na perspectiva diacrônica.

Essa pesquisa, que investiga as vozes verbais e as relaciona com o referente ‘escravo’, lança mão das metodologias desenvolvidas para o trabalho com documentos antigos em meio eletrônico, contribuindo assim duplamente: com o avanço das investigações sobre a língua e com a publicização de documentos históricos com importância singular, como os que são contemplados aqui, escritos por mãos livres e mãos libertas e que constituem memória e historiografia da sociedade da época (século XIX).

Este trabalho está dividido em cinco seções: a seguir a seção do *corpus* e da metodologia que estamos usando para a descrição preliminar dos dados; seguindo do estudo teórico e da apresentação do *corpus*; e finalizamos com as considerações finais.

2. *Corpus e Metodologia*

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de cartas de alforria e testamentos oitocentistas integrantes do *corpus* Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista (DOVIC)², um *corpus* digital que parte de documentos notariais manuscritos dos séculos XIX; e de atas da Sociedade protetora dos desvalidos, datadas do século XIX que constam no *corpus* *Tycho Brahe*³.

Os seguintes documentos do *corpus* DOVIC e Tycho Brahe foram selecionados para compor o *corpus* da pesquisa:

- (i) Os documentos notariais disponíveis digitalmente do *corpus*

² O *corpus* DOVIC (NAMIUTI; SANTOS, 2017) é um *corpus* digital composto por documentos manuscritos notariais da região Sudoeste da Bahia, mais precisamente, da cidade de Vitória da Conquista - Bahia, do século XIX, que vem sendo desenvolvido no âmbito dos projetos: (i) Memória conquistense: Recuperação de documentos oitocentistas na implementação de um corpus digital (UESB, desde 2009); (ii) Corpora digitais para a história do português brasileiro - região sudoeste da Bahia: aliança PHPB – Tycho Brahe (FAPESB, 2010-2015); (iii) Memória Conquistense: implementação de um *corpus* digital (CNPq 2013-2017). (iv) Semântica e memória da escravidão: análise semântica comparativa de sentidos de liberdade em cartas de alforria oitocentistas de Vitória da Conquista BA e Rio de Contas-BA (CNPq, 2014-2018); (v) Corpora digitais de documentos históricos da imperial Vila da Victoria, atual Vitória da Conquista-Bahia: resgate e preservação do patrimônio linguístico e da memória da escravidão na Bahia (FAPESB, atual); (vi) Do português pré-clássico às variantes modernas. contribuições para o estudo da sintaxe e interfaces (FAPESB, atual). O *corpus* DOVIC possui textos de naturezas diversas: cartas de alforria, testamentos, procurações, escrituras, atas de eleições municipais entre outros documentos notariais, contidos em 21 Livros de notas datados de 1841 a 1888, localizados no 1º Tabelionato de Notas de Vitória da Conquista-BA. Na sua versão beta encontra-se transcritos e editados em formato digital: cartas de alforria e testamentos contidos nos livros de notas da série de 1 a 21 do 1º Tabelionato de Notas de Vitória da Conquista-BA.

³ O *corpus* Histórico do Português Tycho Brahe (Galves, Charlotte; Andrade, Aroldo Leal de; Faria, Pablo, 2017) é um corpus anotado composto de textos escritos em português por autores nascidos entre 1380 e 1845 e vem sendo desenvolvido no âmbito dos projetos temáticos: (i) Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística (FAPESP, 1998-2003); (ii) Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros & Mudança Linguística, Fase 2 (FAPESP, 2004-2008); (iii) Corpora (CNPq, 2008-2012); (iv) O português no tempo e no espaço: contato linguístico, gramáticas em competição e mudança paramétrica (FAPESP, 2012-2017); (v) Corpora II (CNPq, atual).

DOViC: cartas de alforria e testamentos. Este *corpus* digital está sendo construído a partir de documentos históricos manuscritos, guardados em acervos públicos e privados, principalmente, em Vitória da Conquista - BA. Segundo Namiuti, Santos e Leite (2011), os documentos em questão têm uma complexidade de “a) acesso; b) forma; e c) fragilidade e/ou raridade dos documentos” (NAMIUTI; SANTOS; LEITE, 2011, p. 8) por serem manuscritos antigos e por sofrerem com processo do tempo. Para a recuperação dos documentos na construção do corpus, os autores utilizam o método LAPELINC, que por meio da fotografia, compreende uma construção de corpora eletrônicos anotados em três etapas, a saber, (i) Transposição; (ii) Transcrição paleográfica; (iii) Compilação de corpora (cf. NAMIUTI; SANTOS, 2015). A finalidade desse método é, através das etapas que são cientificamente controladas, utilizar de tecnologias e desenvolver ferramentas que possa auxiliar “na coleta de material, levantamento, organização, armazenamento e divulgação de dados, além de se promover o acesso para distribuição do material coletado” (NAMIUTI; SANTOS, 2017, p. 9) e disponibilizar no WebSinc⁴.

As cartas de alforria pertencentes no *corpus* DOVIC, consoante Santos (2008), são documentos considerados legais perante a lei da sociedade escravista brasileira, em “que se registrava por escrito a libertação de um escravo” (SANTOS, 2008, p. 31). O autor explana que as cartas apresentam uma forma fixa ao ser escrita, pois os documentos exibem uma complexa relação entre escravos e senhores desta época. O linguista descreve os seguintes elementos:

[...] trazem, em primeiro lugar, o nome do senhor ou senhora que está concedendo a liberdade, o nome do escravo libertando, seguido da sua origem, cor, filiação, motivos da libertação, indicação da modalidade de alforria (se condicionada, gratuita, onerosa); e, como fecho, a identificação do local e data da outorga, acompanhados das assinaturas do senhor e das testemunhas (SANTOS, 2008, p. 31-32)

Essas cartas de liberdades eram de autoria dos senhores de escravos e eram transcritas/escritas em um livro de notas por um escrivão/tabelião do tabelionato da região. De acordo com Lima Júnior (2008):

⁴ O WebSinc é um aplicativo Web de suporte a compilação de corpora, desenvolvida no mestrado de Aline Silva Costa (PPGLin/UESB) sob a Orientação da Professora Cristiane Namiuti e sob a co-orientação do Professor Jorge Viana Santos, sendo destinado ao trabalho de disponibilização, visão e busca de dados em corpora cientificamente controlados. (NAMIUTI; SANTOS, 2017, p. 6)

Para-se registrar uma carta de alforria, o senhor ou procurador a seu mando chamava o tabelião para sua residência ou ia ao cartório e ditava os termos e condições da carta para um escrivão. [...] O tabelião entregava a original para o senhor ou ao liberto e a transcrevia para o livro de notas do dito cartório. Necessariamente esse novo registro (carta) era datada, assinada e atestada por duas testemunhas e também pelo próprio tabelião, pagando-se ainda uma pequena e necessária importância em selos, para oficializar assim o ato. (LIMA JÚNIOR, 2008, p. 13)

(ii) as Atas da Sociedade protetora dos desvalidos (SPD) que estão disponíveis digitalmente no *corpus* Tycho Brahe são documentos que, segundo Oliveira (2006, p. 156), foram “escritos ao longo do século XIX por africanos e afro-descendentes (...)”. Segundo o autor, no período oitocentista, ainda na escravidão, na bahia, existiram lugares, porém fossem poucos, em que negros pudessem desenvolver autonomia:

[...] para os negros – escravos, alforriados ou livres –, espaços em que mantinham (...) negros puderam, com alguma autonomia, se socializar e manter, entre si, uma extensa rede de ligações. Citam-se, como exemplo, os ‘cantos de ganho’, nos quais escravos, alforriados e livres trabalhavam sob leis regidas, em alguns aspectos, por eles próprios. Foi em decorrência disso que se permitiu ainda a criação de irmandades negras durante todo o período colonial e pós-colonial brasileiro. (OLIVEIRA, 2006, p. 138)

A partir desse contexto, guiado pelo autor, aparecem as sociedades ou grupos em que negros tivessem autonomia e/ou socialização. assim, “na primeira metade do século XIX, na cidade de Salvador, a Irmandade de *Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos*, posteriormente *Sociedade Protetora dos Desvalidos*” (OLIVEIRA, 2006, p. 139) foi criada. A SPD foi fundada no dia 16 de setembro de 1832, por um africano, o *Manoel Victor Serra* e mais dezenove africanos alforriados (Cf. OLIVEIRA, 2006). Além disso, destaca-se que a sociedade deveria ser exclusivamente para indivíduos ‘de cor preta’ e não havia limite de associados.

Todavia, “eram raros os negros que sabiam ler, escrever e contar” (OLIVEIRA, 2006, p. 156); por isso, ainda de acordo com Oliveira (2006), as sociedades podiam contar com a presença branca, a exemplo da *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*, na cidade de Salvador; ou ainda com alianças interétnicas. Assim, a origem desses associados das SPD, refere-se a negros africanos ou Crioulos - negros nascidos no Brasil.

Nesse sentido, revisitar as pesquisas e investigar sobre a origem e identidade dos autores dos escritos nas atas das SPD é de suma impor-

tância para controlar o fator que dispõe sobre a natureza da liberdade dos autores e dos referentes dos textos.

A pesquisa está em estágio inicial; desta forma, estamos na fase de pesquisa bibliográfica. Para a descrição dos dados estão sendo considerados os seguintes fatores:

- a) sentenças que contém um argumento agente expresso nos documentos do século XIX;
- b) referente que assume o papel temático de agente;
- c) sentenças que estarão na voz verbal ativa ou passiva.

3. Arcabouço teórico

Para uma exploração inicial dos dados, recorreremos a um referencial teórico-metodológico que busca compreender o referente, a sintaxe das estruturas das orações escolhidas dos *corpora* e a expressão da agentividade do agente das orações.

3.1. A liberdade do referente

Segundo Santos (2008) a liberdade apresenta dois conceitos, “um para o senhor, outro para o escravo/liberto” (SANTOS, 2008, p. 84). Além disso, o autor explana que esses tipos de liberdade se contrapõem entre si: “sendo as cartas de liberdade documentos costumeiros, particulares, adequavam-se eficazmente a cada “caso” a que se reportavam. Nelas, por isso, encontram-se enunciados que materializam tal liberdade transitiva em contraste com a intransitiva (...)” (SANTOS, 2008, p. 197). A liberdade intransitiva é conceituada como uma liberdade sem restrições, ou seja, “(...) a pessoa (senhor branco) tem (nasce com) essa liberdade intransitiva, sem complemento (doravante Liberdade SC); é, portanto, livre sem complemento (doravante livre SC)” (SANTOS, 2008, p. 84). Já a liberdade transitiva é descrita/explicada, por Santos (2008), como liberdade com complemento e/ou com alguma restrição.

Ainda sobre a liberdade transitiva, Santos (2008) explana que o escravo poderia ser referido, também, por liberto, e, portanto, portador de uma liberdade de liberto, uma liberdade transitiva. Dessa maneira, o autor explica que:

[...] exclusivamente ao escravo/liberto, pois integrando uma espécie de micro-sistema transitivo, pressupunha 3 tempos: um tempo 0, do escravo (com liberdade nula), um tempo 1, do liberto 1, o liberto sob condições (explícitas), e um tempo 2, no qual se encontrava o liberto 2, ou liberto sem condições (a rigor, sem condições explícitas nas cartas, mas [...] – com condições explícitas nas leis). Desse modo, qualquer forma de liberdade do liberto era uma Liberdade CC: com complemento, qualificada, com alguma restrição que a diferenciava de uma Liberdade SC (sem complemento). (SANTOS, 2008, p. 261)

3.2. A voz verbal e agentividade

Miguel (2006) relaciona a voz verbal sintática com os papéis temáticos, explanando que as vozes são aspectos compreendidos na estrutura verbal através dos papéis temáticos.

Nesse mesmo sentido, Paixão de Sousa (2008) explica que, para a formulação da voz verbal, a estrutura argumental está relacionada com a inclusão das “relações lógicas de dependência e dominância entre os argumentos do verbo.” (PAIXÃO DE SOUSA, 2008, p. 73). Dessa forma a linguista relaciona a estrutura argumental e a valência do verbo com os papéis temáticos, de acordo com a autora, o verbo e a construção frasal “combinam-se para formar os papéis de “agente”, “paciente”, “fonte”, “instrumento”, etc” (PAIXÃO DE SOUSA, 2008, p. 79). Dessa maneira, “(...) um papel temático tradicional como “fonte” pode ser um desencadeador sem controle. O tradicional “Agente” pode ser um desencadeador com controle” (PAIXÃO DE SOUSA, 2008, p. 79). Com essa relação do papel temático “agente” se estabelece a propriedade de agentividade exposta por Paixão de Sousa (2008).

Segundo Câmara Jr., o verbo se estrutura morfológicamente; com isso, o autor expõe que “todas essas comutações nos levam a analisar o vocábulo verbal português, além do seu morfema lexical, com um morfema classificatório de conjugação, um morfema de tempo verbal e de pessoa gramatical, referente ao sujeito.” (CÂMARA JR., 2011, p. 73). O verbo, para o autor, é conceituado como vocábulo flexional (Cf. CÂMARA JR., 2011), ou seja, contém características ditados pelo modo, tempo, número e pessoa do verbo.

Em anuência a isso, o verbo, acrescenta Menezes da Silva (2010 p. 111) “seleciona os seus complementos e comanda as relações de hierarquia entre eles” (MENEZES DA SILVA, 2010, p. 111). A partir da seleção de complementos, temos a estrutura argumental que está relacio-

nada com a relação de dependência e controle na construção das orações, (cf. LYONS, 1987). A valência verbal, por sua vez, concerne ao sintagma verbal que exerce sobre os termos da oração uma relação de dependência entre eles. Dessa forma, valência, segundo Lyons (1987), “como acaba de ser apresentada, é o abandono, por assim dizer, das distinções tradicionais entre sujeito e predicado (da oração), por um lado, e entre sujeito e objeto (do verbo), por outro.” (LYONS, 1987, p. 116-17)

4. Resultados e discussões

Apresentamos aqui dois excertos por nós analisados, o excerto 1, uma carta de alforria, documento do Corpus DOViC, escrito por mãos livres (Liberdade SC), e o excerto 2, uma ata da SPD, documento do CTB, escrito por mãos libertas (Liberdade CC).

Verifica-se no Excerto 1 abaixo que os referentes dos argumentos com papel agentivo são os senhores brancos, tanto em construções ativas quanto em construções passivas. Na carta, coube ao referente escravo sempre o papel de complemento/objeto tanto na voz ativa quanto passiva, podendo realizar a função sujeito na voz passiva.

Excerto 1

Carta de liberdade do Criôlo Domingos, conferida por seu Senhor José de Souza Accio, e sua mulher Thereza Ma de Jesus, como abaixo se declara.

Digo eu, e minha mulher abaixo assignados, que somos legítimos Senhores, e possuidores de um escravo de nome Domingos Criôlo, que o houvemos, por legitim[a] da falecida nossa May Anna Maria, **cujo escravo se acha livre de pinhora (sic), hipoteca, ou fiança, pelo bons serviços que nos tem prestado som[os] contente (sic), que do dia do falecimento de nós ambos, goze de sua liberdade, como se de ventre liv[re] nassese;** e rogamos as Justiças de Sua Magestade Imperial, e Constitucional lhe deiem inteiro vig[or] como pessoa livre, por assim de nossa livre vontade, se sem contrangimento de pessoa alg[u]ma; e por não sabermos escrever pedimos ao Tabelleam Antonio Caetano Neves este por [nos] escrevese, e a nosso rogo assignasse, em prezença das testemunhas abaixo assignadas. Imperial Villa da Victoria quinze de Maio de mil oito centos quarenta e oito = A rogo do Senhor José de Souza Acacio, e sua mulher Thereza Maria de Jezus // Antonio Caetano Neves // Clemente Martiniano dos Santos // Ignacio Ribeiro // Reconheço verdadeiras as duas firmas das testemunhas feitas em minha prezença. Imperial Villa da Victoria quinze de Maio de mil oito centos quarenta e oito // Em testemunho de verdade estava o signal publico Antonio Caetano Neves // Pagou do sello cento e secenta reis Villa quinze de Maio de mil oito centos quarenta e oito // Chaves // Lopes // Distribuida a Neves. Imperial Villa da Victoria

quinze de Maio de 1848. E se não continha, nem declarava outra alguma cousa em a propria carta de liberdade, que assim se acha escrita, a qual me reporto, e della bem fiel, e verdadeiramente copiei, sem cousa que duvida faça por mim escrita, conferida, e consentada com outro official de Justiça ao concerto assignado nesta Imperial Villa da Victoria, aos vinte e hum dias do mez de Janeiro do corrente anno do Nascimento de Nossso Senhor Jezus Christo de mil oito centos quarenta e nove. E eu Antonio Caetano Neves Tabeleam a escrevi e assignei. [...] (carta 16: livro 2, folha 135f e 135v, 15/05/1848 – DOVIC). Disponível em: <http://memoriaconquistense.uesb.br/websinc/>

O excerto 1, trecho da carta de alforria, traz nas primeiras linhas uma sentença de voz passiva, pois o verbo utilizado “conferida” está no particípio, que é característico das sentenças com essa voz. Tal excerto apresenta uma estrutura formulaica recorrente em cartas de alforria. O verbo é de processo culminado e pede um sujeito, ou seja, aquele que confere, neste caso “seu Senhor José de Souza Accio, e sua mulher Thereza Ma de Jesus”, sendo o agente da passiva; e aquilo que é conferido (tema), “Carta de liberdade do Criôlo Domingos”. O Criôlo Domingos, o escravo, não é controlador ou agente do ato de conferir, mas possuidor da carta; a sua liberdade vem com uma condição diferente do agente da passiva **seu Senhor José de Souza Accio, e sua mulher Thereza Ma de Jesus** que possui uma liberdade intransitiva. Toda essa parte inicial forma o cabeçalho da carta seguindo uma estrutura formulaica que identifica o documento.

Em sequência, a carta começa na voz ativa tendo como sujeito agente o referente **eu, e minha mulher** que remetem aos senhores e possuidores do escravo, ou seja possuidores de liberdade intransitiva.

Além disso, é visível que, ao ser retratado na carta, o escravo libertado, que possui uma liberdade transitiva, é marcado sintaticamente como argumento interno, ou seja, objeto, como no caso “**somos** legítimos Senhores, e **possuidores** de um escravo” em que o verbo copulativo “ser”, que está conjugado na primeira pessoa do plural, liga o sujeito de primeira pessoa plural, que , no caso, é oculto marcado pelo morfema de pessoa e número ‘mos’; e - predicativo do sujeito - a coordenação dos NPs **legítimos Senhores e possuidores de um escravo** O sintagma preposicional ‘de um escravo’ realiza o complemento possessivo do núcleo lexical nominal/predicador “possuidores”.

Em outra sentença da carta, temos: **cujo escravo se acha livre de pinhora (sic), hipoteca, ou fiança, pelo bons serviços que nos tem prestado som[os] contente (sic), que do dia do falecimento de nós**

ambos, goze de sua liberdade, como se de ventre liv[re] nassese. Neste trecho, o referente “escravo” é o tema do verbo “achar” que na oração subordinada marcada pelo pronome relativo *cujo* e realizada na voz passiva, tem “o escravo” como sujeito da passiva, ou seja, um sujeito tema/paciente. Portanto, verifica-se que em toda a carta, o referente escravo não assume o papel de agente, e sim, de tema, objeto, complemento.

O excerto 2 é retirado de uma ata da SPD:

Excerto 2

Aos Cinco dias domez de Junho de mil e Oito Centos | E trinta e Ceis estando Conjuntos o Provedor e mais Mezari | **os tratemos dos Recebimentos dos Menciais e juntamente das Asi- | natura** do termos q tinha ficado adiado para esta Reuniaõ; | ^[5]Cujas Continua por faltar ainda Asignatura de Algúns | Irmoins, etratemos a Rever o debito q Se devia a Caza ó | qual mandou oVis Provedor Cartiar-sé aos ditos para | Virem Remirem naprimeira Reuniaõ ejuntamente opro | jecto q seaprezentou em Meza e por esta Com forme | ^[10]paçou-se es te termo para Constar os feito desta Re | uniaõ eeu es Crivaõ Auctual ofis e Subri, es Crivi, | Jozé Fernandes do Ó | (ata, documento 04, Escrito por José Fernandes do Ó em 05 de junho de 1836.) disponível em: tycho.iel.unicamp.br/corpus/cgi-bin/getversion.pl.

A sentença grifada está na voz ativa, pois o verbo ‘tratar’ solicita dois argumentos: quem tratou – o sujeito oculto marcado pela desinência número-pessoal do verbo; e do que tratou - “dos recebimentos dos mancais e assinaturas”. Neste caso, o sujeito oculto tem como referente o conjunto das pessoas da irmandade reunidas; considerando que esse conjunto é composto por negros libertos, o referente do agente do verbo **tratemos** é, portanto, os negros da irmandade e exercem a função de controle da ação verbal nos documentos por eles lavrados.

A liberdade do referente agente é transitiva por este referente, ator de **tratemos**, ser negro liberto.

5. Considerações finais

Esta pesquisa encontra-se em estado inicial e tem como diferenci-al inédito: (i) a comparação da expressão da agentividade em documentos escritos por sujeitos libertos em comparação com documentos escritos por sujeitos livres ambos pertencentes à sociedade escravocrata baiana do século XIX; (ii) a relação da expressão estrutural (sintática) da agentividade com a natureza da liberdade do referente que pode interferir na valoração do traço [+humano] do agente.

Verificamos nesta exploração inicial dos dados que os referentes cuja a liberdade é CC realizam argumentos não agentivos no documento do corpus DOViC, a carta de alforria, cuja autoria é de sujeitos livres SC, já a mesma natureza de referente (possuidores de liberdade CC) realizam argumentos agentivos no documento do CTB, ata da SPD, em consonância com a hipótese levantada na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 43. ed, Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

GALVES, Charlotte; ANDRADE, Aroldo Leal de; and FARIA, Pablo (2017, December). *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. URL: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip>.

LIMA JÚNIOR, S. A. *O Preço da Liberdade: As Cartas de Alforria da Cidade de Sabará na última década de Escravidão no Brasil (1878–1888)*. Belo Horizonte, jul. 2008. (História (Monografia))

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Trad. de Marieldd W. Averburg e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MENEZES DA SILVA, Gilcéia de. *A valência do predicador CHAMAR na diacronia do português*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: [s.n.], 2010.

MIGUEL, A. J. *Sobre a referência indeterminada de sujeito e agente da passiva em português europeu*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

NAMIUTI, C.; SANTOS, Jorge Viana. *Relatório final do projeto 'Memória conquistense: implementação de um corpus digital'*. 2013 – CNPq: 485098/2013-0). 2017.

_____; _____. *Novos desafios para antigas fontes: a experiência DOVIC na nova linguística histórica*. E-Book do Congresso de Humanidades Digitais em Portugal: Construir pontes e quebrar barreiras na era digital – 2015. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017.

_____; _____. LEITE, C. M. B. *Propostas e Desafios dos Novos Meios das Antigas Fontes: A Preservação da Memória pela Linguística do Corpus*. X Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu

Pedagógico UESB, 2011, Vitória da Conquista. “Anais do X Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional do Museu Pedagógico UESB”, v. 1. p. 1-11, Vitória da Conquista: UESB, 2011.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história*, edição filológica de documentos e estudo lingüístico. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 4 v. 2006.

SANTOS, Jorge Viana. *Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*. (Tese de Doutorado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 2008.

_____; NAMIUTI, Cristiane. 2016. *Documentos Oitocentistas de Vitória da Conquista*. Memória Conquistense. UESB/LAPELINC, Vitória da Conquista-Bahia/Brasil. URL: <http://memoriaconquistense.uesb.br/web/sinc>.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Valências verbais no português clássico. *Relatório Técnico*. <http://sites.google.com/site/mariaclaraps/docs/pesquisa-arquivos>). 2008. (Relatório de pesquisa)